

8

Apoio à agropecuária sustentável e à inclusão socioproductiva na Região Sudeste

MARCELO PORTEIRO CARDOSO

GERALDO SMITH

JOAQUIM PEDRO DE VASCONCELOS CORDEIRO

PAULO FERNANDES MONTANO

RESUMO

Este capítulo relativo ao trabalho sobre o olhar do BNDES para a Região Sudeste do Brasil busca apontar as ações de inclusão socioprodutiva rural e urbana com base nos pontos de convergência entre a atuação da Área de Agropecuária e de Inclusão Social (AGRIS) e as diretrizes do governo federal de buscar a competitividade do setor agropecuário e a diminuição da pobreza urbana e rural no Brasil. O setor agropecuário brasileiro deve seu desenvolvimento e dinamismo, em grande parte, às atividades agropecuárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e, nesse cenário, a Região Sudeste é uma importante personagem, haja vista que, de acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no período de 2010 a agosto de 2014, respondeu por cerca de 32% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária do país. De acordo com os principais focos de sua atuação, a AGRIS analisou, neste artigo, as ações por ela realizadas, as que estão em desenvolvimento e as em perspectiva, notadamente no financiamento de investimentos na agricultura familiar, na agropecuária em geral, na produção de alimentos, no cooperativismo de crédito e de produção e na inclusão socioprodutiva urbana.

ABSTRACT

This chapter focuses on the BNDES' approach towards Brazil's Southeast Region and seeks to detail efforts towards rural and urban, social and production inclusion based on points in common between the operations of the Agriculture, Cattle-Raising and Social Inclusion Division (AGRIS) and the federal government's guidelines in seeking competition in the agricultural sector and reducing urban and rural poverty in Brazil. Brazil's agricultural sector owes its development and drive mostly to agricultural activities in the South, Southeast and Central-West Regions and in this scenario, the Southeast Region has become quite important. This is in accordance with data from the Ministry of Agriculture, Cattle-Raising and Food (MAPA), which affirms that, from 2010 to August 2014, the region was responsible for nearly 32.2% of the domestic agricultural GDP. Within the main scope of its operations, AGRIS, in this article, analyzed not only its efforts to date, but also those still underway, and those which are still a perspective. Specifically, this includes financing investments in family farming,

general agriculture, food production, credit and production coops, as well as urban social and production inclusion.

INTRODUÇÃO

A rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária, no Brasil, tem uma expressiva participação na economia do país e representou aproximadamente 22,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, segundo Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) contribuindo para que o país ocupe notável posição mundial na produção agropecuária e agroindustrial: primeiro produtor mundial de café, cana, açúcar e laranja; segundo produtor mundial de soja e primeiro exportador mundial de carne bovina e de aves.

Além dessa expressiva participação no PIB, esse segmento da economia cria aproximadamente 37% de todos os empregos do país e responde por cerca de 39% das exportações, ainda de acordo com a CNA. E o VBP da agropecuária, conforme dados da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico do Mapa, em 2013, foi de R\$ 433 bilhões, contando com a composição de R\$ 281 bilhões para o VBP agrícola e R\$ 152 bilhões da produção pecuária.

A agropecuária continua a crescer apresentando safras recordes de oleaginosas, cereais e fibras, que atingiram, em 2013, a produção de 186 milhões de toneladas. Merecem especial destaque as safras de soja (81 milhões de toneladas) e de cana-de-açúcar (712 milhões de toneladas) e o crescimento de 30% na exportação de carne de aves em 2013, sendo o principal exportador mundial de carne de frango e o terceiro maior produtor mundial.

Nesse contexto, a Região Sudeste do país é a região com maior diversificação na quantidade de produtos exportados pela agropecuária. Em 2013, apresentou como destaques os produtos dos grupos cana e sacarídeos (33,9%), café (14,5%), produtos florestais (13,9%), bovídeos (12,1%) e cereais, legumino-

sas e oleaginosas (9,3%), identificados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP). A importância da agropecuária da Região Sudeste pode ser percebida pelos números exibidos na Tabela 1, na qual, de acordo com os dados do Mapa para o período de 2010 a agosto de 2014, a região foi responsável por cerca de um terço do VBP da agropecuária brasileira.

TABELA 1 Valor da produção agropecuária (em R\$ mil)

	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
N	20.243.604	19.659.904	20.549.965	22.220.644	20.647.096	103.321.214	5,8
NE	31.420.013	37.144.145	39.394.528	40.406.063	47.262.400	195.627.149	10,9
SE	99.772.948	115.844.823	115.149.204	120.591.439	124.200.326	575.558.739	32,2
S	96.333.104	105.049.181	109.433.018	129.772.382	123.680.829	564.268.515	31,5
CO	76.277.247	92.849.318	112.959.923	120.329.851	126.041.472	528.457.811	29,5
Brasil	324.046.916	370.547.371	397.486.638	433.320.379	441.832.124	1.967.233.428	

Fonte: Elaboração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, vinculada à Assessoria de Gestão Estratégica, com base em dados de: (1) agricultura: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), ago. 2014; Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Preços Recebidos pelos Produtores (média anual para os anos 2010 a 2013 e para 2014 preços médios de janeiro a agosto; café refere-se ao café arábica tipo 6, bebida dura para melhor e café robusta tipo 6, peneira 13 acima, com 86 defeitos); (2) pecuária: Indicadores IBGE Estatística da Produção Pecuária – Dezembro de 2014; Cepea/Esalq/USP, Conab e FGV – Preços Recebidos pelos Produtores (média anual para os anos fechados e para 2014 preços médios de janeiro a agosto).

Notas: Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da FGV – ago. 2014. Para a pecuária, considerou-se para o ano em curso a produção dos últimos quatro trimestres.

Por ser a agropecuária uma atividade que exige máquinas e equipamentos, insumos caros e sofisticados e crescente emprego de tecnologia, necessita de acesso aos recursos financeiros adequados e tempestivos.

Por isso, a cada ano, o relacionamento entre o BNDES e a Região Sudeste vem sendo fortalecido. O volume de financiamentos voltados ao setor agropecuário realizados pelo Banco nessa região atingiu o montante de R\$ 12,4 bilhões, no período 2010-2013, representando cerca de 25% dos valores totais financiados para a agropecuária brasileira (Tabela 2).

TABELA 2 Financiamentos do BNDES para a Região Sudeste por meio dos Programas Agropecuários do Governo Federal (em R\$ mil)

	2010	2011	2012	2013	Total	%
Brasil	11.781.490	11.119.162	11.599.795	15.611.109	50.111.555	
Nordeste	506.694	563.756	689.304	800.707	2.560.461	5,1
Norte	181.068	185.605	278.962	408.189	1.053.824	2,1
Sudeste	3.124.752	2.876.914	2.791.829	3.644.987	12.438.482	24,8
Sul	5.936.227	5.462.301	5.390.123	7.303.010	24.091.661	48,1
Centro-Oeste	2.032.748	2.030.587	2.449.578	3.454.215	9.967.127	19,9

Fonte: BNDES.

Nota: Operações contratadas por ano civil (de 1.1.2010 a 31.12.2013).

Este texto é o último da série de artigos destinados a projetar o olhar da AGRIS sobre o desenvolvimento territorial regional e segue o mesmo padrão daqueles publicados sobre as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul e conta, além desta introdução, com três seções: “O olhar para a região: demografia e o perfil agropecuário da Região Sudeste”, em que se buscou o conhecimento do dinamismo regional, “O apoio do BNDES à região por meio dos Programas de Crédito Agropecuário do Governo Federal” e “As ações para a inclusão socioprodutiva regional”.

O OLHAR PARA A REGIÃO: DEMOGRAFIA E O PERFIL DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO SUDESTE

A comparação dos dados dos dois censos demográficos mais recentes, 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permite constatar que a população da Região Sudeste, nesse período, cresceu 11%. A população urbana cresceu 14% e a rural diminuiu cerca de 18%. Como pode ser observado na Tabela 3, em todos os estados houve redução da população rural e, em 2010, 93% da população vivia em centros urbanos.

Na década de 2010, o IBGE mostra que a Região Sudeste do país apresentou intensa movimentação de pessoas: 2,3 milhões de pessoas saíram de outras regiões para se fixarem nessa região, ao mesmo tempo em que cerca de 1,7 milhão de habitantes se deslocaram para outras regiões. Desse montante de

pessoas que saíram da região, cerca de 830 mil migraram para a Região Nordeste, 400 mil migraram para a Região Sul, 380 mil para a Região Centro-Oeste e 120 mil para a Região Norte.

TABELA 3 População residente por situação do domicílio

		2000	Distribuição (%)	2010	Distribuição (%)	Variação (%)
Região Sudeste	Total	72.430.193		80.364.410		11,0
	Urbana	65.528.444	90,5	74.697.341	92,9	14,0
	Rural	6.901.749	9,5	5.667.069	7,1	(17,9)
Minas Gerais	Total	17.905.134		19.597.330		9,5
	Urbana	14.658.502	81,9	16.714.976	85,3	14,0
	Rural	3.246.631	18,1	2.882.354	14,7	(11,2)
Espírito Santo	Total	3.097.498		3.514.952		13,5
	Urbana	2.462.437	79,5	2.931.570	83,4	19,1
	Rural	635.061	20,5	583.382	16,6	(8,1)
Rio de Janeiro	Total	14.392.106		15.989.929		(11,1)
	Urbana	13.821.484	96,0	15.464.025	96,7	11,9
	Rural	570.622	4,0	525.904	3,3	(7,8)
São Paulo	Total	37.035.456		41.262.199		11,4
	Urbana	34.586.021	93,4	39.586.770	95,9	14,5
	Rural	2.449.435	6,6	1.675.429	4,1	(31,6)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Agropecuária

Os números relativos aos valores das produções mostram que 45% dos valores da produção agropecuária na Região Sudeste estão apoiados na exploração das lavouras temporárias (incluindo horticultura e floricultura), 30% nas lavouras permanentes e silvicultura e 25% na produção de aves e animais de médio e grande portes (Tabela 4).

TABELA 4 Valor da produção (em R\$ mil)

Tipo de produção	Brasil	%	Sudeste	%
Vegetal – lavouras temporárias	77.250.132	47,3	20.891.455	39,6
Animal – de grande porte	31.392.589	19,2	8.223.496	15,6
Vegetal – lavouras permanentes	25.519.793	15,6	13.629.000	25,8

continua

continuação

Tipo de produção	Brasil	%	Sudeste	%
Animal – aves	10.492.358	6,4	3.863.985	7,3
Vegetal – silvicultura	5.662.270	3,5	2.168.802	4,1
Animal – de médio porte	5.193.541	3,2	865.002	1,6
Vegetal – horticultura	4.374.604	2,7	2.308.084	4,4
Vegetal – extração vegetal	1.258.495	0,8	88.962	0,2
Animal – pequenos animais	1.138.002	0,7	155.331	0,3
Vegetal – floricultura	632.857	0,4	453.935	0,9
Agroindústria	376.329	0,2	88.970	0,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agropecuário 2006.

Nota: Pequenos animais: cunicultura e avicultura; médios animais: caprinocultura, estrutiocultura, ovinocultura e suinocultura; grandes animais: bovinocultura, bubalinocultura e equinocultura.

Os destaques relativos à produção das lavouras temporárias são os grãos, que participam com 12% da produção brasileira, e a cana-de-açúcar, que participa com 63% (Tabela 5).

TABELA 5 Valores das produções das lavouras temporárias (em R\$ mil)

	Brasil	MG	ES	RJ	SP	Sudeste	%
Cana-de-açúcar	22.141.976	1.884.087	186.671	190.614	11.774.604	14.035.977	63,4
Milho	11.758.285	1.695.344	9.049	10.056	737.561	2.452.011	20,9
Soja	18.812.173	929.684	0	0	442.439	1.372.123	7,3
Feijão	2.404.564	265.332	4.817	5.110	132.375	407.634	17,0
Mandioca	3.527.019	98.059	12.193	22.596	119.449	252.298	7,2
Batata-inglesa	371.051	97.598	763	183	70.272	168.816	45,5
Sorgo	510.488	120.891	153	0	42.274	163.400	32,0
Abacaxi	352.344	41.457	21.014	35.810	52.930	151.211	42,9
Algodão herbáceo	3.365.544	106.106	0	0	43.355	149.462	4,4
Arroz	3.967.578	77.863	773	2.832	14.099	95.567	2,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agropecuário 2006.

Nota: Representatividade da amostra: 98% do valor produzido na região.

Em grande parte, a produtividade regional pode ser notada quando se observa a mecanização agrícola do país. A Tabela 6 mostra que cerca de 30% da frota de tratores e colheitadeiras está alocada na região.

Em relação ao valor da produção das lavouras permanentes, a Região Sudeste é destaque na produção de frutas (com 43% do

valor da produção nacional, com destaque para as frutas cítricas, que respondem por 72%), café (87% do valor da produção) e borracha (65% do valor da produção brasileira) (Tabela 7).

TABELA 6 Mecanização agrícola

	Tratores (unidades)		Colheitadeiras (unidades)		Frota total (unidades)	
Brasil	820.718		116.081		936.799	
Norte	26.868	3,3%	2.092	1,8%	28.960	3,1%
Nordeste	62.444	7,6%	9.430	8,1%	71.874	7,7%
Sudeste	256.912	31,3%	23.249	20,0%	280.161	29,9%
Sul	347.008	42,3%	62.053	53,5%	409.061	43,7%
Centro-Oeste	127.486	15,5%	19.257	16,6%	146.743	15,7%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agropecuário 2006.

TABELA 7 Valores das produções das lavouras permanentes (em R\$ mil)

	Brasil	MG	ES	RJ	SP	Sudeste	%
Café	8.889.945	5.599.059	1.109.006	30.664	994.717	7.733.446	87,0
Laranja	4.185.106	78.990	7.364	14.403	2.933.304	3.034.061	72,5
Banana	5.158.002	244.649	89.848	34.223	781.553	1.150.273	22,3
Limão	357.718	116.958	499	3.182	152.718	273.357	76,4
Uva	1.053.330	31.591	504	62	163.709	195.866	18,6
Borracha	250.275	3.291	14.687	0	143.423	161.401	64,5
Amora	253.283	337	0	13	124.817	125.167	49,4
Tangerina	205.982	34.776	1.784	1.308	62.652	100.520	48,8
Manga	342.229	11.295	309	387	83.564	95.555	27,9
Mamão	209.727	3.976	57.920	104	3.788	65.788	31,4
Ameixa	72.714	34.760	58	0	16.842	51.660	71,0
Goiaba	73.335	3.364	761	3.325	44.122	51.572	70,3
Maracujá	209.598	14.729	12.716	6.772	9.984	44.201	21,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agropecuário 2006.

No período de 1995 a 2006, a pecuária da região apresentou crescimento na produção de suínos, ovinos, caprinos, bubalinos e aves, mas teve declínio nos rebanhos bovinos e equídeos (equinos, asininos e muares). Segundo os dados dos censos agropecuários de 1995 e 2006, nesse período, o rebanho bovino da região diminuiu 4% e o equídeo 20%, e, em 2006, esses efetivos representavam 20% e 21% da produção nacional, respectiva-

mente. Por outro lado, o rebanho suíno cresceu cerca de 16%, a caprino-ovinocultura 72%, e a produção de aves em torno de 32% (Tabela 8).

TABELA 8 Efetivo dos animais

		Brasil		Sudeste		Participação		%
	Unidade	1995	2006	1995	2006	1995	2006	Variação
Ovinos	Cabeças	13.954.555	14.167.504	434.054	794.387	3,1	5,6	83,0
Caprinos	Cabeças	6.590.646	7.107.613	120.754	159.463	1,8	2,2	32,1
Aves	Mil cabeças	718.538	1.143.458	264.904	348.851	36,9	30,5	31,7
Bubalinos	Cabeças	834.922	885.119	61.545	79.219	7,4	9,0	28,7
Suínos	Cabeças	27.811.244	31.189.351	4.496.643	5.232.493	16,2	16,8	16,4
Bovinos	Cabeças	153.058.275	176.147.501	35.953.897	34.554.483	23,5	19,6	(3,9)
Equinos	Cabeças	5.565.697	4.541.833	1.551.653	1.123.981	27,9	24,7	(27,6)
Asininos	Cabeças	1.105.796	654.714	35.266	22.309	3,2	3,4	(36,7)
Muare	Cabeças	1.077.268	750.529	221.114	125.731	20,5	16,8	(43,1)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agropecuário 2006.

Ainda tratando da pecuária, chama a atenção a produção de leite, pois, no período de 2010 a 2012, a produtividade tem se mantido em patamares elevados, sendo a região com maior produção nacional. Essa produtividade pode ser justificada pelo emprego de tecnologia, mesmo não sendo a região que apresenta os melhores índices (tabelas 9 e 10).

TABELA 9 Quantidade de leite produzida (em mil litros) e participação na produção nacional

	2010	%	2011	%	2012	%
Brasil	30.715.460		32.096.214		32.304.421	
Norte	1.737.406	5,7	1.675.284	5,5	1.658.315	5,4
Nordeste	3.997.890	13,0	4.109.527	13,4	3.501.316	11,4
Sudeste	10.919.686	35,6	11.308.143	36,8	11.591.140	37,7
Sul	9.610.739	31,3	10.226.196	33,3	10.735.645	35,0
Centro-Oeste	4.449.738	14,5	4.777.064	15,6	4.818.006	15,7

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

TABELA 10 Emprego de tecnologia (em %)*

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
	Estabelecimentos produtores					
Tanque para resfriamento	1,3	0,3	10,8	24,1	8,0	10,8
	Estabelecimentos produtores com mais de cinco vacas ordenhadas					
Ordenha mecânica	1,8	2,1	20,5	38,2	7,1	13,0
Inseminação artificial	2,6	3,5	9,6	22,3	4,7	7,6
Transferência de embriões	0,2	0,3	0,8	0,9	0,4	0,5

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agropecuário 2006.

* Percentual de estabelecimentos produtores de leite que utilizam essas tecnologias.

As informações a seguir complementam o perfil da agropecuária na região e mostram que na Região Sudeste existe uma forte presença da agricultura familiar e que esse segmento de produtores tem acessado com vigor o crédito rural.

Em comparação com as demais regiões do país, observa-se, na Tabela 11, que a região tem grande concentração de estabelecimentos de agricultores familiares, alto índice de produtores habilitados para acessar a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que corresponde à estatística relativa aos Documentos de Aptidão ao Pronaf (DAP) válidos, e uma significativa quantidade de contratos de crédito no Pronaf (ano-safra 2012-2013, até 30.4.2013), assim como o segundo maior volume de recursos contratados por meio desse programa.

TABELA 11 Principais características da agricultura familiar

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Número de estabelecimentos de agricultores familiares ¹	217.522	2.185.320	411.506	699.697	849.983	4.364.028
	5,0%	50,1%	9,4%	16,0%	19,5%	
DAPs válidas em 15.8.2013 ²	133.057	2.690.610	370.704	515.979	673.299	4.383.649
	3,0%	61,4%	8,5%	11,8%	15,4%	
Número de contratos de crédito do Pronaf na safra* 2012-2013 ³	29.745	520.399	32.905	180.653	536.062	1.299.764
	2,3%	40,0%	2,5%	13,9%	41,2%	
Valor contratado no Pronaf na safra 2012-2013* (R\$ mil) ³	714.241	1.591.754	581.638	2.497.338	7.985.419	13.370.390
	5,3%	11,9%	4,4%	18,7%	59,7%	
Número de assentados em jul. 2013 ⁴	134.171	310.382	405.605	44.588	36.161	930.907
	14,4%	33,3%	43,6%	4,8%	3,9%	

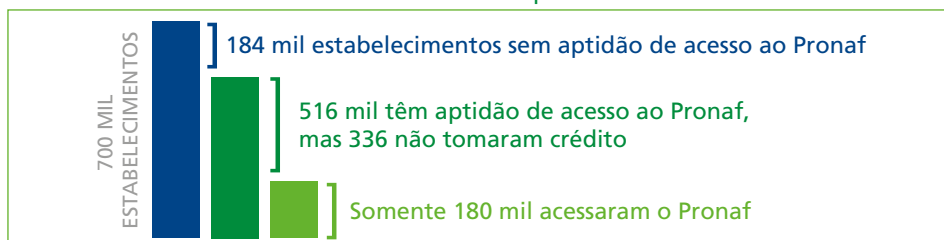
Fontes: Elaboração própria, com base em: ¹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agropecuário 2006;

²Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); ³Banco Central do Brasil (Bacen); ⁴Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

* Até 30 de abril de 2013.

A análise indica que, no ano-safra 2012-2013 existiam, na região, cerca de 520 mil produtores rurais que não acessaram o crédito rural por meio do Pronaf. Dos 700 mil estabelecimentos agropecuários, 26% não estavam habilitados para acessar o Pronaf e, daqueles que estavam aptos, 65% não acessaram o programa, como mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1 Acesso ao crédito por meio do Pronaf



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Tabela 11.

Como pode ser observado na Tabela 12, na região, 76% dos estabelecimentos agropecuários são destinados à agricultura familiar, que concentra cerca de 23% da área rural e ocupa 55% da mão de obra no campo.

TABELA 12 Área utilizada pela agropecuária e pessoal ocupado

		Quantidade de estabelecimentos		Área utilizada (ha)		Média (ha) por estabelecimento	Pessoal ocupado	
Brasil	Não familiar	809.369		253.577.343		313,3	4.245.095	
	Agricultura familiar	4.366.267	84,4%	80.102.694	24,0%	18,3	12.323.110	74,4%
SE	Não familiar	222.342		42.166.474		189,6	1.484.114	
	Agricultura familiar	699.755	75,9%	12.771.299	23,2%	18,3	1.798.935	54,8%
MG	Não familiar	114.301		24.247.887		212,1	719.953	
	Agricultura familiar	437.320	79,3%	8.835.622	26,7%	20,2	1.176.984	62,0%
ES	Não familiar	16.947		1.873.241		110,5	115.382	
	Agricultura familiar	67.414	79,9%	966.613	34,0%	14,3	202.186	63,7%
RJ	Não familiar	14.372		1.590.665		110,7	65.909	
	Agricultura familiar	44.121	75,4%	468.797	22,8%	10,6	91.787	58,2%
SP	Não familiar	76.722		14.454.682		188,4	582.870	
	Agricultura familiar	150.900	66,3%	2.500.267	14,7%	16,6	327.978	36,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agropecuário 2006.

O APOIO DO BNDES À REGIÃO POR MEIO DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO AGROPECUÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

O Plano Agrícola e Pecuário 2013-2014 foi lançado com a pretensão de atender às mais diversas demandas do setor agropecuário, como o aprimoramento das estruturas de armazenamento, mais recursos para o Programa ABC e o lançamento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) para fomento e adoção de práticas tecnológicas pelos produtores.

O desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades dos produtores e, ao mesmo tempo, dos consumidores é um desafio que se faz presente no setor agropecuário. Esse desenvolvimento e a aplicação dessas novas tecnologias deverão priorizar o alcance de melhores e maiores benefícios ambientais, econômicos e sociais. Com esse foco, no Plano-Safra 2013-2014, foi lançado o Inovagro, que tem como objetivo apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural e à inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.

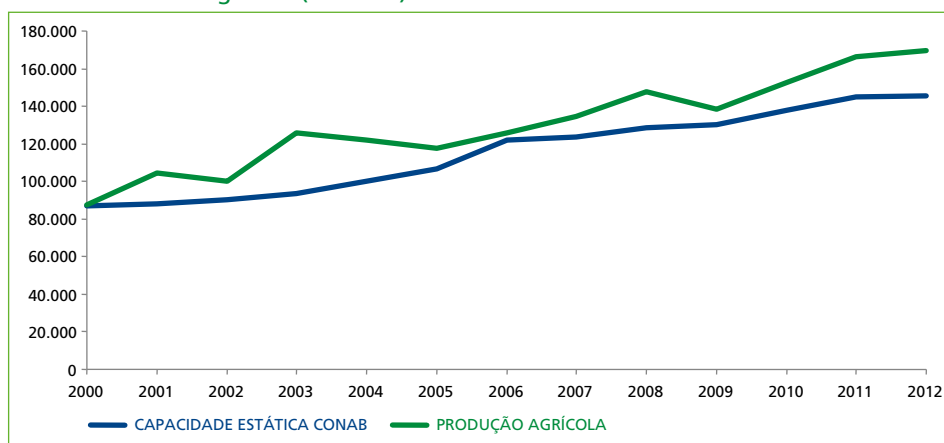
Outro problema crítico que atinge toda a cadeia do setor e grande parte dos produtores rurais do Brasil é a falta de capacidade para armazenamento. Essa baixa capacidade de armazenamento impacta diretamente os produtores que precisam vender a safra rapidamente, perdendo competitividade.

O Gráfico 2 mostra claramente que, no Brasil, a capacidade estática de armazenagem está abaixo da capacidade da produção agrícola [Maia et al. (2013)].

Para minimizar esse efeito é necessário estimular concretamente a ampliação da rede de armazéns com linhas específicas de crédito para construção, compra de equipamentos e refor-

ma de unidades existentes, além de incentivar a armazenagem na propriedade. Para tanto, o BNDES destinou cerca de R\$ 2,6 bilhões (safras 2013-2014 e 2014-2015) para o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

GRÁFICO 2 Brasil: capacidade total de armazenagem x produção agrícola (em mil t)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Destaca-se, ainda no âmbito dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF), o financiamento à agricultura de baixo carbono, realizado por meio do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Segundo a Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Gado de Leite, na Região Sudeste, notadamente nas áreas da Mata Atlântica onde a topografia é ondulada, a eliminação gradativa da vegetação original de floresta para a implantação de cultivos agrícolas e atividades pecuárias provocou o início da degradação das encostas. O uso inadequado das pastagens que sucederam as plantações de café também contribuiu para a degradação dessas áreas. Ainda hoje, por conta do preparo incorreto do solo para o estabelecimento de pastagens ou de cultivos agrícolas, existem outras extensas áreas com alto grau de degradação.

O uso de sistemas de integração lavoura-floresta-pecuária é uma alternativa interessante por proporcionar um modelo sustentável de produção pecuária que tende a reintegrar áreas de pastagens degradadas e ainda contribui com produtos e serviços ambientais. Todavia, apesar das vantagens oferecidas por esses sistemas, essa prática não é rotineira.

Objetivando a promoção do programa ABC, foi celebrado um acordo de cooperação técnica entre BNDES, Mapa, Embrapa, Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Instituto Febraban de Educação (Infi), Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE) e CNA que prevê a criação de roteiros para elaboração de projetos técnicos passíveis de financiamento pelo programa e a capacitação técnica de profissionais dos quadros dos agentes financeiros repassadores de recursos do BNDES para elaboração, análise e enquadramento dos projetos financiáveis de agricultura de baixo carbono.

Os desembolsos do BNDES para a Região Sudeste, no âmbito do programa ABC, foram de cerca de R\$ 260 milhões, entre os anos-safra 2011-2012 e 2013-2014 (Tabela 13).

TABELA 13 Desembolsos regionais do BNDES por meio do Programa ABC (em R\$ mil)

Região	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Safra 2013-2014	Total
CO	111.624	96.639	90.247	298.510
NE	10.310	8.494	7.400	26.204
N	31.319	19.647	25.395	76.362
SE	114.139	96.313	48.913	259.365
S	84.600	87.148	74.313	246.062
Total	351.993	308.242	246.268	906.503

Fonte: BNDES.

Nota: Desembolsos Programa ABC (safras 2011-2012 a 2013-2014).

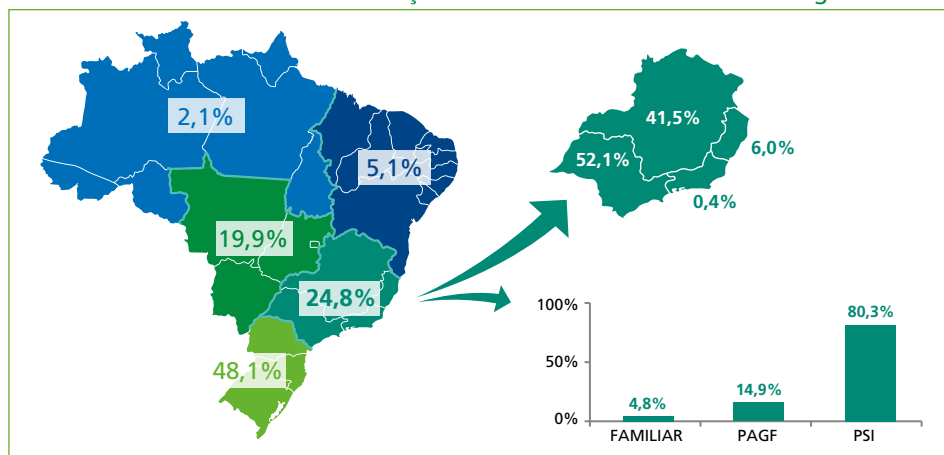
Por fim, a Região Sudeste, como mostrado na Tabela 2, respondeu por quase 25% dos valores aplicados, por intermédio do BNDES, no âmbito dos PAGF entre os anos 2010 a 2013 (em 2013, representou cerca de 23%).

Do volume de R\$ 12,5 bilhões desembolsados pelo BNDES para a Região Sudeste, nesse período, houve uma grande concentração nos estados de Minas Gerais (pouco mais de R\$ 5 bilhões) e São Paulo (cerca de R\$ 6,5 bilhões).

Esses desembolsos se deram por meio dos seguintes programas: Programa de Sustentação do Investimento (PSI) BK-Rural (R\$ 10 bilhões), PAGF (R\$ 1,9 bilhão) e Pronaf (R\$ 0,6 bilhão).

A Figura 1 mostra a distribuição dos desembolsos do BNDES, na região, no âmbito dos programas PSI BK-Rural, PAGF e Pronaf operacionalizados pelo BNDES.

FIGURA 1 Distribuição dos desembolsos do BNDES na Região Sudeste



Fonte: BNDES.

Nota: Desembolsos para a Região Sudeste, por meio dos programas agropecuários do governo federal, no período 2010 a 2013.

O BNDES, por meio da AGRIS, tem atuação diversificada, mas, também, muito voltada ao apoio a cooperativas. O cooperativismo pode ser observado em diversos setores, com a formação de cooperativas de crédito, agrícolas ou urbanas.

Nos últimos anos, o apoio do BNDES ao cooperativismo de produção tem alcançado o objetivo de prover recursos para a modernização das cooperativas agroindustriais brasileiras, tendo financiado obras civis, instalações, capital de giro, má-

quinas e equipamentos novos, entre outros itens. A seguir, são mostrados três exemplos de apoio às cooperativas de produção na Região Sudeste.

A Itambé – Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais tomou recursos do BNDES para a ampliação da unidade de produção de leite em pó em Uberlândia (MG). A aplicação dos recursos duplicará a capacidade produtiva de 3.750 toneladas para 7,5 mil toneladas por mês e o projeto inclui, também, a substituição de três caldeiras alimentadas a óleo por caldeiras a cavaco de madeira, localizadas em Goiânia, Pará de Minas (MG) e Guanhões (MG). A câmara de secagem de leite terá a capacidade de processamento ampliada de 36 milhões de litros/mês para 60 milhões de litros/mês. E a previsão é de que o projeto gere 107 novos empregos.

A Veiling Holambra, maior cooperativa de flores e plantas ornamentais da América Latina, recebeu apoio do BNDES para ampliar seu complexo de instalações, em Santo Antonio de Posse, região de Campinas. A oportunidade de ampliar as instalações fez a Veiling trocar Holambra pelo município vizinho. O novo espaço, a dois quilômetros da Rodovia Adhemar de Barros, tem 79 hectares de área total. Dos 70 mil metros quadrados já construídos e em operação, 55 mil metros quadrados são totalmente climatizados. A nova tribuna para os leilões conta com 340 lugares e três telões, onde são projetados os *kloks*, relógios eletrônicos que executam as transações comerciais diariamente. A área destinada aos clientes que trabalham dentro da Veiling tem módulos individuais compostos por docas exclusivas, espaço para armazenar os produtos adquiridos nos leilões e câmaras frias individuais, além de escritórios. A cooperativa conta hoje com 278 cooperados e 40% do mercado brasileiro de flores e espera um crescimento contínuo de 10% ao ano.

Com mais de oitenta anos de história, a Cooxupé tem mais de 12 mil cooperados – 84% deles pequenos produtores que vivem da agricultura familiar –, recebendo café produzido em mais de duzentos municípios de sua área de ação, localizada nas regiões do Sul de Minas (MG), Cerrado Mineiro (MG) e Vale do Rio Pardo (SP). Pensando na diversificação de seus negócios, a Cooxupé também possui projetos como torrefação própria, auxílio na produção e comercialização de milho, fábrica de rações, laboratórios para análise do solo, geoprocessamento, entre outros investimentos. Além disso, a cooperativa vem, ao longo dos anos, ampliando mercados como o de cafés especiais e certificados. Considerada a maior cooperativa de café do mundo, a Cooxupé, por meio de apoio do BNDES, terá mais dez silos para armazenagem de mais de 330 mil sacas do produto em Guaxupé e outros oito silos para 380 mil sacas em Monte Carmelo. Essas construções vão representar um acréscimo à capacidade atual do Complexo Industrial Japy, da Cooxupé, que é de 4,1 milhões de sacas.

AS AÇÕES PARA A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA REGIONAL

Também para as ações de inclusão socioprodutiva, o sistema cooperativista é um importante instrumento de economia solidária, na medida em que proporciona diversos benefícios para as sociedades mais carentes, como combate à pobreza, geração de renda, promoção da inclusão social, realização de negócios de forma sustentável e desenvolvimento das comunidades locais.

A Região Sudeste do Brasil, especialmente, apresenta de forma relevante a cultura do cooperativismo nas relações produtivas e comerciais, observada tanto no campo quanto nas cidades. Nessa região, o BNDES atua na área da economia solidária em três principais frentes: (i) microcrédito; (ii) fomento a atividades rurais produtivas organizadas em cooperativas e associações de baixa renda; e (iii) inclusão socioprodutiva urbana.

Microcrédito

O BNDES atua no segmento por meio do Produto BNDES Microcrédito, que tem como objetivo promover a economia popular por meio da oferta de recursos para o microcrédito produtivo, orientado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades de pequeno porte, visando incentivar a geração de trabalho e renda, inclusão social, complementação de políticas sociais e/ou promoção do desenvolvimento local.

A concessão de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) aos potenciais empreendedores traz consequências positivas na renda e no emprego da região. O crédito adequado aos microempreendedores de baixa renda tem um efeito multiplicador na economia e nas condições sociais da região abrangida. No curto prazo, contribui para a geração de renda e, nos médio e longo prazos, dinamiza e potencializa a inserção de parcela informal da economia.

Na Região Sudeste, o BNDES desempenha papel relevante no primeiro piso ao prover recursos para 18 Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (Impo) – entre elas, 14 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que são instituições tradicionalmente mais frágeis e com maior dificuldade de acesso a *funding*) – além de atuar no segundo piso por meio de seis agentes de intermediação, que repassam para outras Impos, colaborando para a disseminação da oferta de microcrédito.

Fomento a atividades rurais produtivas organizadas em cooperativas e associações de baixa renda

O apoio a projetos rurais de economia solidária tem um grande potencial de eficiência, dado que, com um volume relativamente reduzido de recursos, é possível atingir grandes objetivos. O investimento em projetos de geração de trabalho e renda, na área rural, incentiva a permanência do trabalhador no campo, promovendo a inclusão econômica e social de populações de baixa renda localizadas em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

O BNDES atua na Região Sudeste apoiando atividades rurais produtivas organizadas em cooperativas e associações de baixa renda de diversas formas ou modelos de operações diferentes. Esse apoio pode ser realizado diretamente com o beneficiário ou por meio de parcerias com instituições privadas sem fins lucrativos, instituições públicas ou até mesmo com governos estaduais, potencializando seus programas de geração de emprego e renda e valorização da atividade econômica rural. Na modalidade direta, os apoios têm sido direcionados principalmente para investimentos em equipamentos, gestão e comercialização.

O BNDES também realiza um trabalho importante na indução de cadeias produtivas e no cooperativismo de assentados da reforma agrária.

O Programa Terra Forte, de abrangência nacional, é uma parceria entre o BNDES, a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Banco do Brasil (BB), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com a interveniência da União por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR), voltada para a agregação de valor à produção agrícola em assentamentos da reforma agrária.

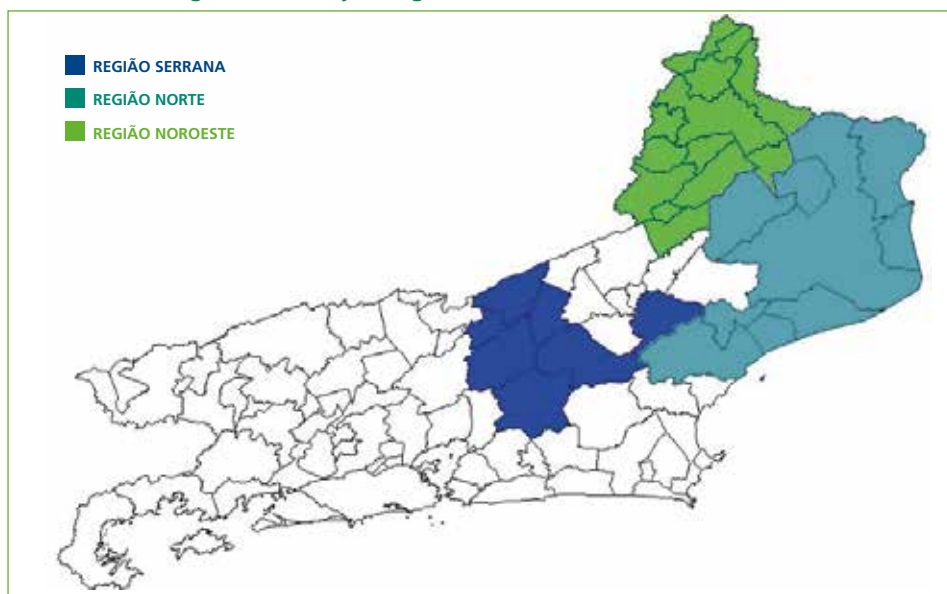
Trata-se de um programa nacional de apoio à agroindustrialização em cooperativas e associações produtivas vinculadas a assentamentos da reforma agrária criados ou reconhecidos pelo Incra, que contempla recursos reembolsáveis e não reembolsáveis a fim de agregar valor aos produtos agropecuários e, assim, ampliar oportunidades de trabalho e aumentar a renda dos assentados.

Após passar por algumas etapas de seleção e qualificação de proposta de investimento, um primeiro grupo, de 32 projetos, foi considerado apto a receber investimentos, sete deles na Região Sudeste. Três empreendimentos são no Espírito Santo, voltados para o beneficiamento de café e pimenta-do-reino; outros

três projetos no estado de São Paulo, dois na cadeia produtiva de grãos e oleaginosas e um na cadeia do leite; e o outro projeto é localizado em Minas Gerais, na cadeia produtiva do café.

Adicionalmente, o BNDES e o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) têm uma atuação conjunta voltada para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais de baixa renda. Essa parceria foi idealizada para facilitar a ampliação do programa de regularização fundiária do governo fluminense, que atende a mais de 1.700 famílias de agricultores familiares, beneficiando perto de 10 mil pessoas. O acordo prevê o fornecimento para os assentados regularizados e representados por associações, insumos, sementes, máquinas e equipamentos, assessoria técnica e veículos para o escoamento da produção.

FIGURA 2 Abrangência do Projeto Agricultura Familiar Fluminense



Fonte: Elaboração própria.

Outro destaque regional é o Projeto Agricultura Familiar Fluminense, que tem por objetivo promover o desenvolvimento de atividades rurais produtivas, melhoria nas condições de habitação

e elevação da renda dos agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro, especialmente de Territórios da Cidadania Norte e Noroeste e na Região Serrana. O convênio, firmado com a Cresol Central-Baser, disponibiliza recursos do Fundo Social do BNDES e conta com a expansão da cobertura de contratação de linhas do Pronaf, em especial o Pronaf "B" (microcrédito) e capacitação em educação financeira nos municípios. A atuação está focada no acesso ao crédito para aumento das capacidades e oportunidades e apropriação do conhecimento com inclusão produtiva. E, como contrapartida, a Cresol Central-Baser proporcionará assessoria administrativa e aplicação de recursos do Pronaf nessas áreas.

Em outra importante atuação de âmbito nacional, em 2009, o BNDES firmou parceria estratégica com a FBB, que resultou em investimentos em tecnologias sociais nas áreas de geração de trabalho e renda, educação e desenvolvimento territorial sustentável. Com ações em todos os estados da Região Sudeste, foram reestruturadas nove cooperativas por meio de investimentos em equipamentos, gestão e comercialização.

Ademais, o BNDES também atua em nível nacional com diversos parceiros públicos e privados, tais como: Instituto Camargo Corrêa, Instituto Votorantim, Caritas Brasileira e Conab. Todas essas parcerias nacionais contemplam projetos na Região Sudeste, apoiando empreendimentos das mais diversas cadeias produtivas com investimentos em obras civis, máquinas e equipamentos, capacitação, serviços técnicos especializados, entre outros. Essas parcerias procuram, por meio de critérios específicos, destinar os recursos a públicos ou atividades prioritárias. Como exemplos desses critérios, pode-se citar: Territórios da Cidadania, cidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), projetos agroecológicos, quilombolas, comunidades indígenas, mulheres, jovens, entre outros.

Inclusão socioprodutiva urbana

O apoio aos catadores de materiais recicláveis objetiva o fortalecimento e a expansão das atividades de coleta seletiva, processamento e comercialização de produtos, por meio do apoio à melhoria da gestão, da capacitação técnica, da ampliação da infraestrutura operacional e da capacidade produtiva dos catadores. Os investimentos proporcionam o aumento de postos de trabalho, a melhoria das condições de higiene, saúde e segurança do trabalho, o aumento da renda, da capacitação e da autoestima dos catadores.

A Região Sudeste é importante para os projetos voltados à reciclagem de materiais e tem recebido importante apoio do BNDES – Fundo Social. Vários projetos foram implantados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e outros estão em desenvolvimento nesses mesmos estados e em Minas Gerais.

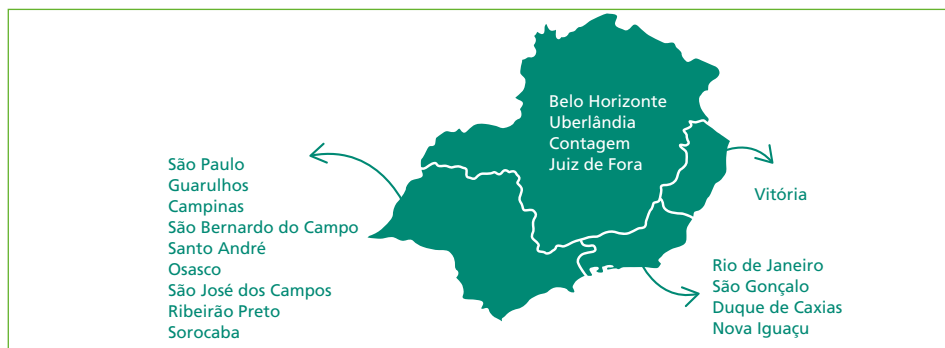
O projeto mais relevante é, sem dúvida, o Sistema Integrado de Gestão dos Resíduos Sólidos do Município de São Paulo. Esse sistema tem como objetivo a universalização da Coleta Seletiva domiciliar e o aumento do tratamento dos resíduos sólidos dos atuais 1,6% para 10%. Para isso, a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) elaborou um sistema integrado, com investimento na mecanização da triagem e unificação da comercialização do material reciclável. O projeto do BNDES é uma das partes desse sistema maior.

Serão construídas quatro megacentrais de triagem, totalmente automatizadas, com uma seleção manual somente para controle de qualidade, ou seja, retirar o que foi separado indevidamente pelas máquinas. Duas dessas centrais já foram inauguradas, e as outras duas estão previstas para serem implementadas até o fim de 2016. A capacidade de processamento de cada megacentral é de 256 toneladas por dia. Atualmente, a capacidade de uma central convencional de catadores em São Paulo é de quatro toneladas a seis toneladas por dia. Com esse aumento significativo

de volume produzido, a Prefeitura de São Paulo optou por centralizar a comercialização de todo o sistema por meio da criação do Fundo de Logística Reversa e Inclusão Social dos Catadores.¹

O investimento do BNDES será destinado à modernização de dez cooperativas que já aderiram ao contrato de prestação de serviços com a Amlurb e optaram pela comercialização por meio do Fundo de Logística Reversa e Inclusão Social de Catadores. O objetivo é fazer as obras necessárias para a adaptação dos galpões com o intuito de receber uma planta de triagem semimecanizada. Dois modelos serão implementados – o simples, para quatro centrais, e o completo, para as outras seis. A planta completa incluirá os seguintes equipamentos: rasga-sacos, separador balístico (máquina que separa frações 2D de 3D, ou seja, papéis e papelão de latas e garrafas, em geral), esteira de triagem 2D, esteira de triagem 3D, separador magnético, prensa enfardadeira horizontal, estrutura e plataforma das cabines de triagem e veículo minicarregadeira (*bobcat*). A planta simples não contemplará nem o rasga-sacos nem o separador balístico.

FIGURA 3 Municípios da Região Sudeste com mais de 500 mil habitantes



Fonte: Elaboração própria.

¹ O fundo será composto, inicialmente, por recursos da Amlurb para a Coleta Seletiva de resíduos sólidos domiciliares secos, pelo superávit das megacentrais e pela remuneração dos responsáveis perante a lei de implementação da logística reversa, que já tenham aderido ao sistema. O município já iniciou o processo de transição de sua relação jurídica com as cooperativas de convênio para contrato de prestação de serviços por adesão, o que permitirá a unificação do sistema por meio do fundo.

Outro programa regional emblemático é o Central de Triagem de Materiais Recicláveis do Município do Rio de Janeiro (Central de Irajá). Com apoio do BNDES, a Central de Triagem de Irajá recebe materiais recicláveis dos bairros atendidos pela coleta seletiva na cidade e as operações são realizadas por catadores cooperativados, que foram capacitados para gerir a Central. As operações abrangem as etapas de recepção, triagem (com esteira mecânica), enfardamento, pesagem e armazenamento, utilizando no fluxo balanças, prensas industriais e empilhadeiras. Essa operação gera, para essa cadeia produtiva, cerca de duzentos postos de trabalho.

Por outro lado, existe um grande potencial para ampliação do apoio pelo BNDES para esse segmento, pois, segundo as regras do programa, o apoio pode ser efetuado para as capitais estaduais e, também, para os municípios que tenham mais de 500 mil habitantes (*vide* Figura 3). Nesse universo, a Região Sudeste conta com 18 municípios, dos quais nove no estado de São Paulo, um no Espírito Santo, quatro no Rio de Janeiro e quatro em Minas Gerais.

Outro esforço de integração da força de trabalho, mais notadamente na manutenção dos postos de trabalho existentes nas indústrias em fase falimentar ou de paralisação das atividades, é o Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários (Pacea). O programa é uma prática alternativa de economia solidária que busca maior autonomia dos trabalhadores, na qual os balisadores são os valores da autogestão e o combate ao desemprego.

Normalmente, nos casos das indústrias falidas, o trabalho de recuperação das atividades esbarra no padrão perverso da defasagem tecnológica. As empresas decadentes não têm como investir em desenvolvimento de produtos e na própria tecnologia do seu parque, pois esses itens não são os mais prementes na escala de suas prioridades. Assim, a assunção das atividades pelos

trabalhadores engajados ocorre em um conjunto de máquinas obsoletas, ou até inoperantes, implicando dificuldades para a consecução do empreendimento.

Na Região Sudeste, o BNDES apoiou e pode apresentar três casos de sucesso: Uniforja, Copromem e Metalcoop.

Concluindo, no Sudeste, o Banco tem conseguido financiar projetos nos principais ramos de atuação da economia solidária de forma bastante diversificada. O apoio realizado com a formação de parcerias tem possibilitado atingir milhares de beneficiários finais, em diversas localidades e de forma bastante desconcentrada pelo território, principalmente em municípios do interior, menos desenvolvidos e com uma população mais carente. Além disso, o BNDES foi capaz de prover recursos financeiros para a implementação de políticas de governo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, nessa região.

REFERÊNCIAS

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Acompanhamento da Safra Brasileira – Grãos – Safra 2012/2013 – Décimo Segundo Levantamento*. Brasília: Conab, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_09_10_16_05_53_boletim_portugues_setembro_2013.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

FGV; EESP-AGRO – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS; CENTRO DE AGRONEGÓCIO DA ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO. *Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: Financiando a transição – Análise dos recursos do Programa ABC*. São Paulo: Observatório ABC, 2013, p. 36. Disponível em: <<http://www.observatorioabc.com.br/publicacoes>>. Acesso em: fev. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010TI.asp>>. Acesso em: mai. 2013.

_____. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro, 2012a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: mai. 2013.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2012b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010TI.asp>>. Acesso em: mai. 2013.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Instrução Especial Incra 20, de 28 de maio de 1980. Aprovada pela Portaria MA 146/80. *Diário Oficial da União*, 12 jun. 1980, Seção I, p. 11.606.

MAIA, G. B. S. et al. Panorama da armazenagem de produtos agrícolas no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, BNDES, n. 40, p. 178-179, dez. 2013.

Site consultado

CNA – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – FACULDADE CNA – <<http://www.faculdadecna.com.br/agronegocio>>.